



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681182 - RJ (2021/0225184-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : JORGE DA SILVA NETO - RJ094691  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : JOEL SOARES DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOEL SOARES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0016271-81.2016.8.19.0014).

O paciente foi condenado em primeiro grau à pena de 14 anos de reclusão em regime inicialmente fechado. A defesa apelou e obteve provimento parcial para desclassificar a conduta prevista no art. 14, *caput*, da Lei n.10.826/2003 para a contida no art. 40, IV, da Lei n. 11.343/2006. Como resultado, o paciente foi condenado pela prática dos delitos dispostos nos arts. 33, c/c o art. 40, IV e V, ambos da Lei n. 11.343/2006, e 180, *caput*, do CP, com pena definitiva fixada em 13 anos e 2 meses de reclusão em regime fechado.

Sustenta o impetrante o exagero no aumento das penas-base e no aumento de 1/3 pela causa de aumento de pena do art. 40, IV, da Lei n. 11.343/2006. Afirma que a conduta não extrapolou a normalidade do tipo penal.

Afirma que, "ao aumentar a pena-base sem qualquer justificativa fática específica para o caso concreto, limitando-se o juiz a tecer considerações sobre a gravidade em abstrata do delito de tráfico de drogas na atualidade, está ele, na realidade, legislando, extrapolando sua competência de aplicar a norma abstrata ao caso concreto e violando o princípio da separação dos poderes" (fl. 9).

Entende que deve a sentença ser reformada para determinar a fixação da pena-base no patamar mínimo legal, uma vez que todas as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal e do art. 42 da Lei n. 11.343/2006 são benéficas.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para reduzir as

penas-base e o aumento pelas duas causas específicas ao delito de tóxicos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente